

GEOGRAFIA CULTURAL: UM BALANÇO

GÉOGRAPHIE CULTURELLE: UN SOLDE

Paul Charles Christophe Claval

Géographe. Docteur (Université de Besançon). Professeur Émérite d'Université de Paris (Sorbonne)

RESUMO: A geografia cultural nasceu no fim do século XIX, no mesmo momento que a geografia humana. Para alguns geógrafos, ela aparecia como uma outra formulação da geografia humana. Para outros, ela se interessava pela cultura material dos grupos humanos: as suas ferramentas, as suas casas, a sua maneira de cultivar os campos ou de criar animais. O seu desenvolvimento permanecia lento até os anos setenta. Depois, o seu caráter mudou. Doravante, o interesse maior é pelas imagens mentais, as representações, o simbolismo, as identidades. Nos anos 1990, começamos a falar da virada cultural da disciplina. Neste trabalho será apresentado um sumário dessa evolução e esboçado um balanço deste campo de pesquisa.

Palavras-chave: Geografia Cultural, epistemologia geográfica, evolução do pensamento geográfico.

RÉSUMÉ: *La géographie culturelle est née à la fin du XIXe siècle, en même temps que la géographie humaine. Pour certains géographes, elle est apparue comme une autre formulation de la géographie humaine. Pour d'autres, elle était intéressée par la culture matérielle des groupes humains: leurs outils, leurs maisons, leur façon de cultiver les champs ou l'élevage d'animaux. Son développement est restée lente jusqu'à la soixante-dix. Puis, son caractère a changé. Désormais, le plus grand intérêt sont les images mentales, représentations, symbolisme, les identités. Dans les années 1990, nous avons commencé à parler du tournant culturel de la discipline. Ce travail sera présenté avec un résumé de ces développements et a présenté un balancement de ce domaine de recherche.*

Mots-clés: *Géographie Culturelle, épistémologie géographique, évolution de pensée géographique.*

CONTEXTO E DESENVOLVIMENTO DA ABORDAGEM CULTURAL NA GEOGRAFIA

Até os anos sessenta

(i) A curiosidade científica pela diversidade das sociedades humanas, de suas línguas, de suas técnicas, de suas obras e de suas crenças se desenvolveu durante o século XIX. Na Europa, os estudos sobre o folclore apareceram nos anos vinte e trinta do daquele século, com um foco sobre a literatura popular oral, os contos e as lendas (RUPP-EISENREICH, 1984). No meio do século, os trabalhos sobre a diversidade das técnicas usadas por essas populações multiplicaram-se. Em 1873, por exemplo, o Dr. Havelius criou em Stockholm o *Nordiska Museet*, o primeiro onde casas rurais de todas as regiões de um país foram apresentadas.

Fora da Europa, a etnografia conhecia um desenvolvimento paralelo (STOCZKOWSKI, 1994). O interesse pelas crenças, lendas e tradições orais foi semelhante a este, desenvolvido pelas populações européias, mas a dificuldade para entender línguas e

o interesse dos museus etnográficos pelos objetos explica a ênfase sobre a civilização material.

Tylor propôs, em 1871, uma definição simples da cultura: “ela era feita de tudo o que não era inato no homem e era transmitido e ensinado a ele: linguagem, práticas, técnicas, conhecimentos e crenças”.

(ii) A geografia humana se construiu no fim do século XIX, na época onde o darwinismo estava triunfante. Ela foi concebida por Friedrich Ratzel como uma ecologia dos homens (RATZEL, 1882-1981). A idéia foi aceita por outros geógrafos, esses da escola francesa, Vidal de la Blache, por exemplo (CLAVAL, 1993).

Esses geógrafos também aceitavam a conceituação tyloriana da cultura, mas eles fizeram uma pergunta diferente. Para eles, a cultura não estava inata, mas o meio ambiente podia determiná-la ou influenciá-la. Daí, uma ênfase sobre as relações entre os grupos humanos e o seu ambiente. A curiosidade se dirigia mais em direção às técnicas materiais, permitindo a transformação delas que as representações. A epistemologia dominante neste tempo era o positivismo: daí a disposição de ignorar as dimensões subjetivas do homem.

A abordagem cultural tinha um papel importante na geografia da primeira metade do século XX, mas ela permanecia limitada: a ênfase dizia respeito aos meios usados pelos grupos humanos para modificar o ambiente: a domesticação das plantas e dos animais, as técnicas da agricultura e da criação de gado, as técnicas de “afolhamento” (Afolhamento: tradução da palavra francesa *assolement*, ou da palavra inglesa *crop rotation*. Significa: dividir em folhas; dividir (o campo) como em folhas de livro ou porções para alternativamente semear umas ou deixar outras de pousio, ou para lhes alterar a cultura) para manter a fertilidade dos solos, as técnicas de construção de casas e outros edifícios. Nas áreas povoadas por grupos tradicionais de agricultores ou de criadores, a semelhança entre as atividades de todos era tão forte como a descrição de uma agenda pessoal, de seu “gênero de vida”, o que dava uma boa idéia da vida de todos.

A ênfase concentrava-se geralmente nas interpretações funcionais, mas certos autores, como Eduard Hahn (1996a; 1996b) na Alemanha, Pierre Deffontaines (1932) na França, Carl Sauer (1963) nos Estados Unidos, tinham uma visão mais abrangente, com um interesse nos elementos simbólicos da paisagem, mas mesmo eles não ousaram analisar as representações e o trabalho mental dos homens.

A geografia cultural tinha a forma duma secção quase autônoma da disciplina, como a geografia econômica, a geografia política ou a geografia urbana.

A geografia cultural tratava quase exclusivamente da dimensão material da atividade humana e de suas marcas na paisagem; daí a dificuldade de tratar de assuntos como a geografia religiosa (DEFFONTAINES, 1948). Com o progresso dos meios de comunicação, a uniformização das técnicas progredia rapidamente. O resultado foi que o objeto, mesmo dessa sub-disciplina, estava desaparecendo; alguns geógrafos pensavam que ela tinha também de desaparecer.

Depois de 1970: a evolução do quadro epistemológico

O contexto mudou profundamente nos anos sessenta e setenta do século XX. O quadro dominante da reflexão epistemológica deixou de ser positivista ou neo-positivista. A subjetividade humana não apareceu mais como um domínio fora do campo da pesquisa nas ciências sociais.

Nos anos cinquenta e sessenta, os pesquisadores em ciências sociais eram fascinados pela existência de configurações que permaneciam estáveis durante longos períodos - as estruturas. O estruturalismo explicava essas estruturas pela presença de constrangimentos ambientais e de mecanismos na escala de conjuntos importantes (BOUDON, 1968). As preferências e as escolhas dos indivíduos não tinham nenhum papel na construção dessas estruturas.

Nos anos setenta, o estruturalismo foi criticado pelas suas fraquezas - ele explicava a permanência das estruturas, mas não suas evoluções; ele ignorava a história.

O estruturacionismo propunha associar as lições do estruturalismo e o papel da iniciativa individual. Esse movimento tomou formas diferentes na França, com Pierre Bourdieu (1980), e no Reino Unido, com Anthony Giddens (1984). O estruturacionismo do último tinha uma dimensão geográfica importante: ele sublinhava o papel do *locale*, do palco local, onde a iniciativa humana tinha um papel importante na construção das realidades sociais. A influência do estruturacionismo de Giddens foi importante na geografia dos anos oitenta.

A evolução da concepção da cultura após 1970

No mesmo tempo, a conceituação da cultura usada pelos etnólogos e antropólogos mudou. Em seguida a Franz Boas, a antropologia americana tornou-se cultural nos anos vinte e trinta do século XX. Depois da segunda guerra mundial, a evolução confirmou-se (CLIFFORD, 1988; KUPER, 1999). A maioria dos antropólogos americanos adotou uma nova definição da cultura (em lugar da conceituação muito abrangente de Tylor,

eles preferiram enfatizar a sua dimensão simbólica). A curiosidade pela base material da vida e para as técnicas de produção diminuiu.

No Reino Unido, a evolução foi um pouco diferente. A transformação da idéia de cultura foi o resultado da convergência de duas correntes: (i) um especialista da literatura inglesa, Raymond Williams, propunha uma interpretação do marxismo que insistia igualmente sobre os modos de comunicação e sobre os modos de produção (Williams, 1956 e 1981). A dominação das classes altas da sociedade resultava da difusão de seus modos de representação – como para Gramsci. (ii) No mesmo tempo, Stuart Hall desenvolvia, na Universidade de Birmingham (um Centro de Estudos Culturais) que analisava o papel das representações na gênese da imagem do outro, e as diversas formas da exclusão e de segregação (ALIZART *et al.*, 2007; HALL, 2007; MATTELARD *et al.*, 2003).

Na conceituação tyloriana, a cultura era analisada na perspectiva da sua transmissão a cada individuo a partir de um corpo coletivo de práticas, técnicas, conhecimentos e crenças. Na conceituação que se desenvolve doravante nos países de língua inglesa, nos anos sessenta e setenta, a cultura torna-se um instrumento de dominação, usado pelas classes mais altas para impor às classes mais baixas comportamentos conformes seus interesses.

A evolução da abordagem cultural nos anos setenta

Depois de 1970, a evolução da abordagem cultural teve motivações diversas e desenvolveu-se num longo período de tempo, mais ou menos trinta anos.

Nos anos setenta, os motivos para enfatizar as dimensões culturais das distribuições geográficas eram vários: - para um primeiro grupo de geógrafos, a nova orientação foi seqüência das suas pesquisas no domínio da nova geografia; - para um segundo, foi seqüência da sua crítica da standardização da conceituação do homem e da sociedade na nova geografia; - para um terceiro grupo, foi o resultado da crítica do caráter conservador dela.

O interesse pela abordagem cultural como conseqüência da nova geografia

Já nos anos cinqüenta, havia economistas que desenvolviam uma outra visão do homem econômico. Para eles, a maioria dos atores econômicos não tinha uma percepção clara do ambiente econômico. Boulding (1955), enfatizava o fato de que os homens não tinham um conhecimento direto do mundo, eles só o conheciam através da imagem que

formavam dele – uma imagem muitas vezes imprecisa e distorcida da realidade. Os temas de Boulding deram nascimento a duas orientações de pesquisa: - a primeira, sobre a racionalidade limitada da maioria dos atores econômicos (o termo do *satisficer*), o que foi uma maneira de introduzir preferências culturais; - a segunda, sobre o papel dos mecanismos de percepção. Daí o interesse pela “imagem da cidade” analisada por Kevin Lynch (1959) e pelas pesquisas sobre os “mapas mentais”, dos trabalhos pioneiros de Peter Gould e Rodney White (uma síntese deles foi publicada em 1974). De uma maneira progressiva, a nova geografia cessou de motivar esses trabalhos, que se tornaram autônomos. Num sentido próximo o interesse pelo território se desenvolveu desde o meio dos anos setenta.

No começo dos anos setenta, a filiação entre a nova geografia e o desenvolvimento da abordagem cultural resultou também na modernização da reflexão sobre os gêneros de vida. A *Time Geography* de Torsten Hägerstrand (1970) propôs um método novo para estudar as atividades das várias populações dum mundo urbanizado e industrializado. Claval (1973) desenvolveu uma análise das agendas dessas populações (em termos de atividades e de papéis sociais) que permitia entender a multiplicidade de suas temporalidades, a constituição de coletividades e de classes sociais, e a criação de redes de relações institucionalizadas.

A filiação entre a nova geografia e o desenvolvimento da abordagem cultural resultou também da aplicação do tema central das pesquisas dos anos sessenta, o papel da distância na vida econômica e social, aos domínios da geografia social e política. O alcance dos sistemas de relações sociais depende da confiança que existe entre os participantes. Para tornar-se eficiente, um governo tem de aparecer como legítimo a maioria dos cidadãos - é um problema cultural! Pessoalmente, foi através do interesse pelas dimensões sociais e políticas da nova geografia que descobri, no fim dos anos setenta, a necessidade de trabalhar sobre a abordagem cultural na geografia.

O interesse pela abordagem cultural como reação a desumanização da disciplina

O segundo grupo dos geógrafos responsáveis do novo interesse pela cultura na geografia teve motivações completamente diversas do primeiro grupo: eles não gostavam da nova geografia, por que ela dava uma visão mecânica do comportamento dos homens.

Alguns, como Armand Frémont (1976), tinham uma certa saudade da qualidade literária e da força evocadora dos textos dos geógrafos da primeira metade do século XX: através das suas descrições, o leitor podia entender a complexidade das motivações dos vários atores geográficos.

Nos países de língua inglesa, a crítica da nova geografia repousava sobre o uso de temas da filosofia fenomenológica (RELPH, 1970; TUAN, 1971), através duma leitura direta de Heidegger, ou da sua interpretação por um geógrafo francês desconhecido, Eric Dardel (1952).

Essa componente do movimento para um estudo mais profundo da dimensão cultural das distribuições geográficas é geralmente conhecida sob o nome de geografia humanista. O seu papel foi fundamental, por que ela enfatizou o papel da iniciativa humana, geralmente esquecido pela nova geografia.

O interesse pela abordagem cultural como crítica do caráter conservador da nova geografia

O terceiro grupo de geógrafos que participaram do desenvolvimento da abordagem cultural foi também crítico da nova geografia, mas por uma razão diversa do segundo grupo, esses geógrafos a censuram pelo seu caráter conservador. Numa primeira fase, no começo dos anos setenta, os geógrafos radicais não eram marxistas; a primeira crítica de David Harvey, por exemplo, mobilizava alguns resultados da economia clássica para desconstruir os modelos usados pelos geógrafos dos anos sessenta. Alguns geógrafos radicais desenvolveram um interesse pela cultura dos grupos dominados e das minorias.

A CONSTRUÇÃO DE NOVAS GEOGRAFIAS CULTURAIS NOS ANOS OITENTA

A curiosidade pela abordagem cultural generalizou-se durante os anos oitenta, em consequência da crítica do modernismo ocidental e do movimento pós-moderno. O modernismo estava baseado sobre filosofias da história. O pós-modernismo aparecia como um retorno à curiosidade pelo espaço humano e a sua diversidade cultural. Depois da fase de exploração, um pouco anárquica dos anos setenta, um trabalho de estruturação do novo domínio ocorreu nos anos oitenta e noventa. Ele tomou duas formas.

Uma geografia da dominação e da exclusão

Nos países de língua inglesa a nova geografia cultural (*The New Cultural Geography*), que se desenvolveu durante os anos oitenta, foi baseada sobre as conceituações simbólicas da cultura de Raymond Williams ou de Stuart Hall.

Denis Cosgrove (1984) tirava a sua inspiração das publicações de Raymond Williams. Em *Social Formation and Symbolic Landscape*, ele apresentou uma história

fascinante da construção das residências aristocráticas e do desenho dos jardins circundantes na Veneza do século XVII e na Inglaterra do século XVIII. Mas o seu trabalho não era um trabalho da história da arte. Era um trabalho de geografia cultural: a construção de lindas mansões pela aristocracia veneziana ou pela *gentry* inglesa teve alvos sociais bem precisos: afirmar o pertencimento dos construtores ao círculo estreito dos detentores do poder; legitimar este poder pela qualidade estética das construções; impor a sua visão da sociedade e da paisagem às classes sociais mais baixas. O trabalho de James Duncan (1990) sobre o Reino de Kandy, no islã do Ceilão no começo do século XIX, tinha uma inspiração próxima.

Os fundamentos do livro de Peter Jackson (1989) eram diferentes, a sua conceituação da cultura era baseada sobre os “estudos culturais” de Stuart Hall. Ele não tratava somente das culturas de classe, como Raymond Williams. Ele levava em conta o novo papel dos movimentos sociais e falava do gênero, do racismo, da exclusão social. Nesse contexto, a cultura aparecia como uma arma nos conflitos entre as várias componentes da sociedade. Ela aparecia também como uma ferramenta para organizar a resistência dos grupos dominados.

Nos anos noventa a influência dos trabalhos de Cosgrove e Jackson nos Estados Unidos foi muito importante. Don Mitchell (2000) concebia a cultura como uma arma nas guerras sociais. Os grupos minoritários ou marginais ensaiavam afirmar as suas identidades: é a origem da maioria dos conflitos culturais. Nas sociedades contemporâneas, os espaços públicos tornam-se muitas vezes o teatro deste tipo de confrontação.

O sucesso da interpretação da geografia cultural proposta por Cosgrove e Jackson vem de sua simplicidade e de seu único foco: o conteúdo simbólico das culturas. Isso explica o papel dos especialistas da literatura comparada no desenvolvimento deste tipo de pesquisa. Isso explica também a crítica de David Harvey: ele censurou esta forma de abordagem cultural por que ela ignorava a base material da vida social.

Uma geografia do espaço vivido, da construção de alhures e das relações homem/natureza

Na França, a reflexão sobre a abordagem cultural tomou orientações diferentes. Ela focalizou a experiência espacial: experiência do lugar nas pesquisas sobre o espaço vivido, experiência da natureza, experiência da multiplicidade dos espaços imaginados pelos homens.

A análise da experiência do lugar conduziu a trabalhos sobre o papel do espaço na construção das identidades (BONNEMAISON, 1986; BONNEMAISON *et al.*, 1999), sobre

a territorialidade, sobre as relações entre as conceituações do eu, do nós e do outro - e sobre a organização do espaço no caso do Japão (BERQUE, 1982).

Augustin Berque trabalhava também sobre as relações homens/natureza. No quadro das filosofias ocidentais da modernidade, a natureza era sempre concebida como fundamentalmente estrangeira a sociedade. Através de seu conhecimento do Japão e da filosofia de Watsuji, Berque construiu uma conceituação dessas relações que reintegra o homem na natureza e permitiu construir uma nova consciência ecológica (BERQUE, 2000).

Mircea Eliade (1965) atraiu a atenção dos pesquisadores no domínio das ciências das religiões sobre a experiência do sagrado, que é uma experiência de hierofanias, uma experiência direta da existência de outros mundos (ROSENDAHL, 1996; 1998). Dai a possibilidade de alargar o estudo da experiência do espaço aos espaços imaginados do passado, do futuro, da Terra sem Mal da religião dos Guaranis, da transcendência, da imanência ou do inconsciente (CLAVAL, 1980).

Uma geografia dos mecanismos culturais

Na França, a nova geografia cultural permanecia fiel à conceituação da cultura desenvolvida por Tylor: a cultura é a totalidade do que é transmitido, apreendido ou inventado pelos homens. Esta escolha aparecia necessária por duas razões: (i) manter uma continuidade com as pesquisas sobre a cultura material dos primeiros sessenta anos do século; (ii) enfatizar os processos de comunicação e a oposição entre as culturas da oralidade, as culturas do escrito e as culturas das mídias modernas.

Nessa conceituação, a geografia cultural analisa os mecanismos de comunicação que são responsáveis pela transmissão da cultura. Ela evidencia as fases da construção do indivíduo através da cultura, e enfatiza o papel da reprodução e este da invenção. Ela mostra como as identidades individuais e coletivas resultam dessa construção. Neste processo, um aspecto fundamental é a criação duma dimensão normativa na existência individual e coletiva. As normas nascem da capacidade da mente humana de imaginar alhures, que servem de modelos: o tempo imemorial das religiões tradicionais, o céu das religiões reveladas, a esfera da razão das metafísicas, a utopia das ideologias do progresso social, as forças inconscientes profundas nas ideologias contemporâneas.

Essa conceituação da geografia cultural não exclui a análise dos conflitos culturais a maneira dos estudos ingleses e americanos: ela é mais aberta, mais larga.

A VIRADA CULTURAL

A crítica dos fundamentos da civilização ocidental continuou no fim dos anos oitenta e nos anos noventa. Foi o tempo onde as técnicas da desconstrução, no sentido de Derrida, foram difundidas nas universidades do mundo anglofônico, o tempo onde as teses de Edward Said sobre os preconceitos europeus, sobre o mundo oriental conheceram um imenso sucesso. Foi o tempo onde o pós-colonialismo se desenvolveu.

No campo da epistemologia as fronteiras entre as ciências humanas, e entre elas e as humanidades, apareceram pela primeira vez como discutíveis. Nos anos oitenta, nós começamos a falar duma virada lingüística na história e duma virada espacial nas ciências sociais. No meio dos anos noventa, os geógrafos começaram a falar da virada cultural da geografia.

Existe evidentemente uma relação entre essas três viradas. A virada espacial das ciências sociais testemunha o fim do privilégio do tempo na análise da vida social: os cientistas descobrem o papel da distância e da diversidade dos lugares. A fronteira entre as ciências sociais e a geografia torna-se menos significativa.

A virada lingüística da história testemunha de uma atenção nova às formulações próprias a cada época, a cada lugar – a diversidade das culturas no tempo e no espaço. Para entender a realidade dum período, é importante analisar as suas culturas subalternas, essas das minorias, dos excluídos, dos grupos marginais. O conhecimento da história da Índia inglesa, por exemplo, progrediu muito quando os historiadores começaram a estudar o estatuto e a vida da população indiana através de seus testemunhos nos tribunais.

Para a história como para as ciências sociais, o que a idéia duma virada enfatizou? Foi o fim dos antigos quadros de análise – a preeminência do tempo, o interesse limitado para o espaço, a atenção exclusiva dada às culturas dominantes.

A expressão “virada cultural” tem um sentido próximo na geografia (COOK *et al.*, 2000). A disciplina aparecia como um conjunto de sub-disciplinas: geografia econômica, geografia política, geografia social, geografia urbana, geografia rural, geografia cultural, etc. As fronteiras entre sub-disciplinas eram fortes e rígidas. As fronteiras entre a geografia, as outras ciências sociais (salvo a história) e as humanidades eram ainda mais altas e rígidas.

O que significa a virada cultural é que a totalidade dos saberes geográficos tem uma dimensão cultural: eles são relativos a uma época, a um lugar ou a uma área (CLAVAL, 2001; 2010). Não existe uma fronteira rígida entre a geografia cultural e a geografia econômica: a oferta e a procura nunca são categorias econômicas puras; a oferta vem de empresas, que têm culturas próprias; a procura não se exprime em categorias abstratas. No Brasil, a procura de alimentos é uma procura de feijões pretos, de farinha, de carne de sol ou de camarões; na França, é uma procura de pão, de vinho, de batatas, de fígado gordo.

No domínio da geografia política, o poder sempre tem dimensões culturais. Para aparecer legítimo, o governo tem de partilhar as mesmas normas que os cidadãos.

Construir uma geografia cultural como um compartimento isolado da geografia não tem sentido: a construção duma sub-disciplina deste tipo tem um valor prático, mas o que é importante é entender o papel da cultura no conjunto dos fenômenos geográficos: daí o sentido novo da abordagem cultural na geografia.

Para estabelecer um balanço da abordagem cultural na geografia é necessário partir da evolução das idéias nesse domínio. Agora, podemos abordar o balanço mesmo.

OS ASPETOS EPISTEMOLÓGICOS DA VIRADA CULTURAL: UM BALANÇO

Virada cultural e ruptura epistemológica

Desde o século XVII, a ciência desenvolveu-se como um tipo de conhecimento, liberado das determinações culturais. No começo deste período, Francis Bacon já escreveu que a ciência tinha de esquecer "as palavras da tribo" e criar uma língua nova, sem referências às crenças comuns.

No século XX, a pesquisa epistemológica deu uma expressão nova a essa idéia: para ela, a ciência nascia duma ruptura, duma "ruptura" epistemológica, que a liberava de toda ligação com os saberes impuros da sociedade do tempo.

O sentido da virada cultural é de mostrar que não existem "rupturas" epistemológicas absolutas. Sim, a ciência supõe uma vontade crítica verso os conhecimentos vulgares; sim, ela esforça-se por desenvolver métodos eficientes para descobrir a verdade. Mas no domínio das ciências sociais, essa liberação sempre permanecia limitada. Ao final do século XIX, os geógrafos ficavam presos aos preconceitos: a convicção da superioridade da civilização ocidental e da legitimidade da colonização para oferecer uma possibilidade de progredir a outros povos, por exemplo.

A virada cultural tem, neste ponto, conseqüências importantes. A primeira é uma nova vigilância crítica relativa aos preconceitos e interesses particulares dos pesquisadores. Essa vigilância tem de se manifestar nas pesquisas de hoje. Ela tem também de aplicar-se aos trabalhos do passado: é o sentido do corrente pós-colonial.

A segunda conseqüência é uma reavaliação das formas comuns, populares, de conhecimentos geográficos. A sua natureza cessa de aparecer como fundamentalmente

errada: a sua apresentação faltava de rigor dos conhecimentos científicos, mas o seu conteúdo era muitas vezes positivo.

A história do desenvolvimento da geografia cessa de aparecer como a construção dum saber radicalmente novo. Muitas vezes, ele foi mais um trabalho de reformulação que de invenção. Na geografia humana, o trabalho de campo foi baseado sobre a observação dos comportamentos produtivos dos agricultores, dos criadores, dos artífices, e sobre entrevistas com eles. O conteúdo de suas práticas e de seus conhecimentos foi, desta maneira, incorporado e depois verificado na ciência. Quando ele analisava a organização regional do Canadá francês, Raoul Blanchard (1960) explicava o seu trabalho da seguinte maneira: quando visitando um município, ele sempre tinha de encontrar o pároco-padre, os professores, os melhores cultivadores, os empreendedores, o presidente da câmara municipal. Eles lhe explicavam as bases da vida econômica local e a sua integração nas redes de relações regionais ou gerais. Então Blanchard criticava o que ele tinha aprendido e ordenava, ou reinterpretava.

A geografia, uma disciplina sem quebras, sem rupturas epistemológicas? Não, mas essas rupturas ocorreram principalmente fora da geografia humana: no domínio das representações da esfera terrestre, por exemplo, na Grécia antiga, no tempo quando os primeiros geógrafos aprenderam a ler a forma da Terra nas estrelas, segundo a palavra de Ptolomeu.

Virada cultural e reestruturação da disciplina geográfica

Até os anos noventa a geografia se apresentava como uma adição de sub-disciplinas, cada uma situada num mesmo nível: geomorfologia, climatologia, biogeografia, geografia econômica, política, social, cultural, urbana, rural, etc. Existiam também abordagens transversais, ecologia no domínio da geografia natural, geografia regional para o conjunto da geografia. O estatuto da abordagem regional aparecia um pouco ambíguo: de um lado ela era o coroamento do trabalho geográfico; do outro, a síntese que justifica a totalidade das abordagens analíticas. Para a geografia regional faltava uma base firme; ela tinha um caráter intuitivo: os geógrafos tinham o sentido que ela era menos científica que as outras componentes da disciplina. Nos anos sessenta, com a nova geografia e o seu desejo de cientificidade, o estatuto da abordagem regional tinha decaído.

Depois da virada cultural, a idéia que cada sub-disciplina era autônoma e podia desenvolver-se de maneira independente, desapareceu. Para entender as dimensões espaciais das atividades econômicas, da vida política, da estruturação social, do papel e do estatuto das cidades, elas têm também de ser analisadas como realidades culturais.

Na construção da geografia, a geografia cultural (ou mais exatamente, sócio-cultural) aparece doravante como uma base comum.

A GEOGRAFIA CULTURAL (OU SÓCIO-CULTURAL) COMO BASE DE TODA A DISCIPLINA: UM BALANÇO

Como base comum da disciplina geográfica, a geografia cultural repousa sobre alguns pontos:

1- O conhecimento do mundo sempre se faz através representações:

Os homens não têm um conhecimento direto, imediato, das realidades terrestres, dos lugares e da organização do espaço. O seu conhecimento é sempre baseado sobre a percepção que eles têm da superfície da terra, e sobre as representações que eles compartilham dela.

2- A cultura é construída a partir de elementos transmitidos ou inventados:

A cultura é o conjunto de práticas, conhecimentos, atitudes e crenças que não é inato: eles são adquiridos. Dai o papel central dos processos de transmissão, de ensino, de aprendizagem, de comunicação na geografia cultural: a natureza e o conteúdo da cultura de cada indivíduo refletem os meios através dos quais ele adquiri as suas práticas e os seus conhecimentos: transmissão direta pela palavra e pelo gesto; utilização da escrita; utilização das mídias modernas.

Os lugares onde a transmissão ocorre têm também um papel estratégico na gênese dos indivíduos e na construção da cultura. Os lugares e as suas paisagens servem de suporte a uma parte das mensagens transmitidas.

3- A cultura existe através dos indivíduos que a recebem e a modificam; eles se constroem como indivíduos neste processo:

A geografia cultural dá uma grande atenção ao indivíduo. Mas para ela, ele não aparece como uma entidade que existe desde o nascimento. Ele é uma construção, e uma construção ligada ao processo de transmissão das práticas, das atitudes, dos conhecimentos e das crenças. Esse processo é contínuo, mas o seu ritmo muda com a idade. Ele é mais intenso para as crianças. Ele passa, depois, por fases diversas: na adolescência existe um momento crucial onde a internalização dos valores do grupo da uma coerência a cultura de cada um – mas o processo não se firma. Pequenas modificações e adaptações ocorrem no curso do tempo, especialmente quando o contexto muda. Crises de

conversão são igualmente possíveis, quando o edifício da cultura individual é subvertido pela adesão a outros valores.

4- O processo da construção da cultura é também um processo social:

Mas o processo de construção do indivíduo é também, e sobretudo, um processo social: o que é transmitido é feito de atitudes, de costumes, de representações, de valores que circulam num grupo e lhe dão a sua coerência: é a razão porque a geografia cultural é sempre sócio-cultural. Entre os processos sociais, o processo de transmissão é o mais importante: é este que faz de cada um, um ser social, que lhe dá uma certa semelhança com os outros membros do grupo; é este processo que suscita a formação duma consciência comum. Este processo é tão fundamental quanto o processo de divisão da sociedade em profissões, em estatutos, em classes ou conforme as riquezas.

5- A construção do indivíduo como ser social se traduz pelo nascimento de sentidos de identidade:

Um aspeto importante da construção do indivíduo é a formação da sua identidade – uma identidade que sempre tem várias dimensões, porque ela é individual e coletiva, é que existe muitas vezes um encaixamento das identidades coletivas. Eu sou diferente dos outros, de meu pai, da minha mãe, de meus irmãos e irmãs, mas faço parte da mesma família. Tenho o sentido de fazer parte do grupo local, e de ser diferente da gente de fora.

O sentido de identidades depende da experiência direta de cada um na escala da família ou da vizinhança. Ele resulta duma construção intelectual e dum ensino sistemático no caso dos sentidos de identidade á escala duma nação, ou duma confissão religioso: trata-se de identidades imaginadas, no sentido de Benedict Anderson. Como consequência do desenvolvimento das mídias modernas, uma parte das identidades cessa de ter uma ligação estreita com um território específico: daí os sentidos de desterritorialização e reterritorialização analisados por Rogerio Haesbaert.

6- A construção da sociedade pela cultura:

O indivíduo é uma construção realizada pela sociedade graças à cultura, mas simetricamente, a sociedade se constrói também graças à cultura. As relações entre os indivíduos têm de inserir-se num quadro reconhecido pelo grupo cada vez que elas concernem o estatuto social, o uso do poder e a acumulação de riquezas: essas relações são institucionalizadas e aparecem como legítimas quando elas estão conformes ao sistema de valores do grupo.

A análise sócio-cultural parte do calendário de cada um, de sua agenda, dos papéis diversos que ele tem no tempo, da proximidade que isto cria com aqueles que têm o mesmo papel. Este processo gera uma consciência de pertencer a uma comunidade compartilhada, a uma mesma classe, quando os indivíduos que efetuam as mesmas atividades se comunicam facilmente e têm uma idéia clara da semelhança de seus problemas e interesses. Ao mesmo tempo, a participação dos indivíduos em face de relações institucionalizadas explica a divisão do trabalho social e o funcionamento dos grupos.

7- A construção do espaço pela cultura:

A geografia cultural esclarece a construção do espaço. A organização do espaço reflete constrangimentos de natureza ecológica – esses que os homens têm de superar para extrair do ambiente a sua alimentação, para proteger-se do frio, do vento, da chuva, do calor - e outros de origem social – os constrangimentos da distância e do afastamento, e estes da segurança.

Mas a organização do espaço que os homens criam para responder a estes desafios nunca reflete diretamente os constrangimentos. Ela resulta da percepção desses, das técnicas e modelos de ação do grupo, e da socialização do espaço. Essa última traduz-se pela imposição de sistemas de direitos de uso, de passagem, de exploração individual ou coletiva. Estes direitos constituem, no campo dos usos da terra, o equivalente dos sistemas de relações institucionalizadas no domínio das redes sociais.

No seio desse espaço socializado (e que reflete, por essa razão, os valores do grupo), cada indivíduo, cada célula social, cada organização institucionalizada desenvolve estratégias para efetuar as suas atividades produtivas ou de lazer, para alojar-se, para proteger-se ou para impor-se a atenção dos outros. Essas estratégias são concebidas em função das representações e de modelos de que cada um é portador, em função de seus sonhos e de suas aspirações.

A socialização do espaço não distribui os direitos de uso ou de propriedade do espaço numa maneira igualitária. Os poderosos e os ricos têm muitas mais possibilidades. Eles as utilizam para escolher as ótimas localizações, os lugares os mais agradáveis, e para impor as formas de utilização da terra e da construção de edifícios que eles preferem. A qualidade de suas escolhas lhe confere um estatuto mais alto e legitima a sua posição social.

As formas construídas refletem as práticas e os conhecimentos dos artesãos que participam no trabalho nas sociedades tradicionais, e esses dos especialistas da

organização do espaço, agrônomos, arquitetos, paisagistas, engenheiros civis nas sociedades urbanizadas e industrializadas.

A construção do espaço reduz muito as possibilidades de expressão espacial das categorias as mais pobres e fracas da população. Esses grupos esforçam-se por um reconhecimento da sua existência através de ações visíveis com forte carga simbólica. Dai a competição para o uso do espaço público – e as guerras culturais, que caracterizam muitas sociedades.

8- A gênese dos sistemas de crenças e de valores:

Na experiência do espaço que cada um faz, o horizonte tem um papel importante. O que existe além da linha que fecha a vista? Cada um imagine outros ambientes, outras paisagens, outras formas de povoamento e de organização do espaço. A capacidade de imaginar outros lugares, outros espaços faz parte das capacidades mentais de cada um.

Os alhures que a mente humana imagina não se localizam somente além do horizonte. Alguns situam-se no passado indefinido de antes da história, no tempo imemorial das sociedades da oralidade pura; outros situam-se no céu ou no inferno; os filósofos localizam o seus alhures na esfera platônica das idéias; os teóricos da sociedade, nos séculos XVII e XVIII, colocavam-nos no futuro, na utopia; desde o começo do século XIX, a localização mais freqüente situa-se no inconsciente individual ou coletivo.

Esses alhures oferecem a visão de outros mundos, que servem de modelo para orientar a ação dos homens: as perspectivas abertas desta maneira são a fonte dos sistemas de crenças, religiões ou ideologias, que permitem dar uma dimensão normativa à vida social, dirigem a ação humana e conduzem a construção dum futuro melhor – nesse mundo, ou no outro.

Cada um interpreta à sua maneira a ordem normativa do grupo (ou dos grupos), às quais eles pertencem - ele elabora horizontes de espera, que combinam os valores coletivos que ele respeita e as suas aspirações pessoais.

Sem sistema de normas e de horizontes de espera, a construção dos sistemas de relações institucionalizadas (isto é de redes sociais) e de espaços socializados seria impossível.

9- Cultura e ideologias comunitárias:

O uso da noção de cultura pode tornar-se perigoso. O que acabamos de analisar é um conjunto de processos, que são responsáveis pela transmissão, a produção e a reprodução dos comportamentos não inatos dos seres humanos. A cultura não existe como

uma realidade fixa e intangível. Ela sempre aparece como uma realidade múltipla e em perpétua evolução.

Por causa das suas dimensões normativas, as culturas apresentam muitas vezes uma certa estabilidade. Os homens que partilham os mesmos valores e a mesma fé têm o sentimento de compartilhar elementos importantes. Eles têm o sentimento de pertencer à mesma unidade, a mesma cultura. Nesse momento, a cultura cessa de ser uma noção puramente analítica. Ela torna-se a base duma ideologia.

Os geógrafos que analisam os fundamentos culturais da sua disciplina têm sempre que permanecer conscientes do perigo deste tipo de interpretação da cultura e de conceitos vizinhos – o conceito de comunidade, oposto ao de sociedade, por exemplo.

Tais me aparecem os fundamentos culturais da geografia moderna.

CULTURAS E CIVILIZAÇÕES

As ferramentas analíticas oferecidas pela abordagem cultural da geografia são usadas para interpretar a natureza das sociedades humanas. Cada grupo humano desenvolve uma cultura, no sentido que a cada momento, ele possui um conjunto próprio de práticas, atitudes, conhecimentos e crenças – mesmo se esse conjunto evolui e muda.

A gente fala também de civilização para caracterizar certos grupos. Qual é a diferença entre uma cultura e uma civilização? Têm várias respostas a essa pergunta. (i) Para alguns, a civilização indica um grau mais alto de complexidade social e bases materiais mais seguras. (ii) Para a maioria, a civilização tem uma dupla originalidade: (a) ela repousa sobre bases morais mais fortes, com uma ética a vocação universal (é o caso das “civilizações axiais” de Samuel Eiseinstadt); (b) ela caracteriza-se também pelo desenvolvimento de formas superiores de ciência, de filosofia, de literatura, de belas artes e de música.

Nessa perspectiva, o aparecimento duma civilização depende dos esforços de alguns indivíduos, ou de uma elite, para atingir um alto nível de excelência nas esferas religiosas, intelectuais e artísticas. Esses esforços têm conseqüências individuais: eles asseguram um estatuto mais alto a estes que sucedem nessa competição [segundo a lógica da distinção de Pierre Bourdieu (1979) ou de Nicole Heinich (2005)]. Esses esforços têm também uma dimensão coletiva: são todos os membros das sociedades que tiveram elaboradas formas altas de saber e de arte que se beneficiam dum estatuto mais alto.

Hoje, a moda é mais insistir sobre a igualdade fundamental de todas as culturas: é a fundação do relativismo cultural e do multiculturalismo. Mas o conteúdo de todas as

culturas é equivalente? Uma reflexão sobre o acesso á civilização e sobre a cultura como ferramenta de distinção na competição social impõe-se.

CONCLUSÃO

O lugar da cultura, na geografia, sempre foi importante, mas ele mudou fortemente durante a última geração. Até 1970, o enfoque era sobre as dimensões materiais e técnicas da cultura. Hoje, o enfoque é mais sobre as suas dimensões simbólicas.

Às vezes, essa trajetória é apresentada em termos de revolução científica e de ruptura epistemológica. Pensamos que o sentido da virada cultural é diferente. Ele não se reduz a passagem dum período onde a ênfase foi sobre as técnicas e outra onde ele foi sobre o sentimento e o simbolismo. Foi uma evolução que não excluía uma certa continuidade. Um testemunho disso está ligado ao interesse permanente para os processos de comunicação, de transmissão e de invenção. Um outro é o lugar da dimensão material da cultura na pesquisa contemporânea, mesmo se essa dimensão não é mais centrada sobre as atividades produtivas, mas sobre o corpo como base da experiência humana e dos sentidos, do olhar, do ouvir, do cheirar, do tocar, ou sobre a paisagem ou o patrimônio.

Uma certa continuidade não significa semelhança. A virada cultural caracteriza-se pelo alargamento do campo de estudos. A diversidade das componentes da sociedade, as suas sub-culturas são analisadas: culturas dos jovens, das mulheres, dos velhos; culturas do trabalho e culturas do lazer e do turismo; cultura dos grupos dominantes e culturas das minorias e dos marginais. A análise da base material da cultura não se reduz mais as instalações produtivas, aos edifícios, as ferramentas. Ela leva em conta também as áreas e instalações de lazer, as festas; os templos e igrejas, as cerimônias religiosas. O papel do corpo nos processos de percepção é sublinhado. A paisagem cessa de só aparecer como uma reflexão dos imperativos funcionais dos grupos sociais. Ela tem uma dimensão simbólica: a preservação de algumas de suas formas aparece como um imperativo social, mesmo se ele é custoso.

No tempo da nova geografia, o interesse da geografia cultural para com o ambiente, que era central na escola de Carl Sauer e muito importante na escola alemã, tinha desaparecido. Hoje, o estudo das atitudes dos grupos humanos no domínio da natureza e da ecologia torna-se cada dia mais central nos estudos culturais.

A geografia cultural de hoje tem que integrar as contribuições da primeira metade do século XX, e aquelas, mais críticas, do período contemporâneo. Ela não constitui uma sub-disciplina paralela a outras sub-disciplinas. Ela aparece como um fundamento

comum, que explica a construção dos indivíduos, da sociedade, do espaço e de sistemas normativos.

Ela permite compreender uma boa parte dos conflitos sociais na escala local como também na escala das nações e no nível internacional – daí o sucesso da geopolítica crítica. Ela esclarece também a gênese dos fundamentalismos, a proliferação das seitas e o interesse para com o patrimônio.

Mas a ênfase dada à cultura pode tornar-se perigosa: a ciência não tem que legitimar o desenvolvimento de grupos fechados e da xenofobia.

BIBLIOGRAFIA

- Alizart, M. *et alii*, 2007, **Stuart Hall**, Paris: Amsterdam.
- Berque, A. 1982, **Vivre l'Espace au Japon**, Paris: PUF.
- Berque, A. 2000, **Ecoumène**, Paris: Belin.
- Blanchard, R. 1960, **Le Canada français : province de Québec : étude géographique**, Paris: A. Fayard.
- Bonnemaison, J. 1986, **Les Fondements d'une identité: Territoire, histoire et société dans l'archipel du Vanuatu**, Paris: ORSTOM, 2 vol.
- Bonnemaison, J. L. ; Cambrézy, L. ; Quinty-Bourgeois (dirs.) 1999, **Les Territoires de l'identité**, Paris: L'Harmattan, 2 vol.
- Boudon, R. 1968, **A quoi sert la notion de structure ? Essai sur la signification de structure dans les sciences humaines**, Paris: Gallimard.
- Boulding, K. 1955, **The Image. Knowledge and Life in Society**, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Bourdieu, P. 1979, **La Distinction. Critique sociale du jugement**, Paris: de Minuit.
- Bourdieu, P. 1980, **Le Sens pratique**, Paris: de Minuit.
- Burke, P. 2004, **What is Cultural History ?**, Cambridge: Polity Press.
- Chiva, I.; Jeggle, U. (dirs.) 1987, **Ethnologies en miroir. La France et les pays de langue allemande**, Paris: La Maison des Sciences de l'Homme.
- Claval, P. 1973, **Principes de géographie sociale**, Paris: M.-Th. Genin.
- Claval, P. 1980, **Les Mythes fondateurs des sciences sociales**, Paris: PUF.
- Claval, P. (dir.) 1993, **Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'Ecole française de géographie**, Paris: CNRS.
- Claval, P. 1995, **La Géographie culturelle**, Paris: Nathan.
- Claval, P. 2001, **Epistémologie de la géographie**, Paris: A. Colin.
- Claval, P. 2010, **Terra dos Homens**, São Paulo: Contexto.
- Clifford, J. 1988, **The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art**, Cambridge: Cambridge (Mas.)/Harvard University Press.

- Cook, I.; D. Crouch; S. Naylor; J. Ryan, (eds) 2000, **Cultural turns/geographical turns: perspectives on cultural geography**, London: Prentice Hall.
- Cosgrove, D. 1984, **Social Formation and Symbolic Landscape**, Londres: Croom Helm.
- Cuche, D. 1996, **La Notion de culture dans les sciences sociales**, Paris: La Découverte.
- Dardel, E. 1952, **L'Homme et la Terre. Nature de la réalité géographique**, Paris: PUF.
- Duncan, J. S. 1990, **The City as a Text. The Politics of Landscape Interpretation in the Kingdom of Kandy**, Cambridge: Cambridge University Press.
- Eliade, M. 1965, **Le Sacré et le profane**, Paris: Gallimard; éd. or. Allemande, 1957.
- Frémont, A. 1976, **La Région, espace vécu**, Paris: Flammarion.
- Gould, P.; R. Whyte, 1974, **Mental Maps**, Harmondsworth: Penguin Books.
- Hägerstrand, T. 1970, "What about People in Regional Science", **Papers of the Regional Science Association**, v. 24, p. 7-21.
- Hall, S. 2007, **Identités et cultures. Politiques des Cultural Studies**, Paris: Amsterdam.
- Harvey, D. 1973, **Social Justice and the City**, London: Edward Arnold and Baltimore (Md)/Johns Hopkins University Press.
- Heinich, N. 2005, **L'Elite artiste. Excellence et singularité en regime démocratique**, Paris: Gallimard.
- Jackson, P. 1989, **Maps of Meaning**, Londres: Unwin Hyman.
- Kroeber, A. L.; C. Kluckhohn (eds.) 1952, **Culture. A Critical Review of Concepts and Definitions**, New York: Vintage Books.
- Kuper, A. 1999, **Culture. The Anthropologists' Account**, Cambridge: Cambridge (Mass.)/Harvard University Press.
- Lynch, K. 1959, **The Image of the City**, Cambridge: Cambridge (Mass.)/M.I.T. Press.
- Mattelart, A.; E. Neveu 2003, **Introduction aux Cultural Studies**, Paris: La Découverte.
- Mitchell, D. 2000, **Cultural Geography: A Critical Introduction**, Oxford: Blackwell.
- Relph, E. 1970, "An enquiry into the relations between phenomenology and geography", **Canadian Geographer**, v. 14, p. 193-201.
- Rosendahl, Z. 1996, **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**, Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Rosendahl, Z. 1998, **Hieropolis: o sagrado e o urbano**, Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Rupp-Eisenreich, B. (dir.) 1984, **Histoires de l'anthropologie : XVI-XIX^e siècles**, Paris: Klincksieck.
- Stoczkowski, W. 1994, **Anthropologie naïve, anthropologie savante**, Paris: CNRS.
- Tuan, Y. F. 1971, "Geography, phenomenology and the study of human nature", **Canadian Geographer**, v. 15, p. 181-192.
- Tylor, E. B. 1871, **Primitive Cultures**, London: John Murray.
- Williams, R. 1958, **Culture and Society**, Londres: Chatto and Windus.
- Williams, R. 1981, **Culture**, Londres: Fontana.

NOTA:

Este artigo apresenta conteúdo da palestra intitulada "A abordagem cultural em Geografia: um balanço", proferida pelo Professor Paul Charles Christophe Claval, na Conferência de Encerramento da XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL, realizada pelo Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina, no período de 17 a 21/10/2011.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

CLAVAL, Paul Charles Christophe. Geografia Cultural: um balanço. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 005-024, set./dez. 2011. URL: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>

EDITOR DE SEÇÃO:

Edison Archela.

TRAMITAÇÃO DO ARTIGO:

✓ Recebido em 21/10/2011.

✓ Aceito para publicação em 23/12/2012.